



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 347 - DE 21 DE OUTUBRO A 04 DE NOVEMBRO DE 2007 - R\$ 2,00

A queda de Renan, a votação da CPMF: Decomposição da política burguesa



**Fortaleza:
Estudantes
conseguem
isenção
na UFC**



**Chávez acabará
com a propriedade
privada?**

**Bush fala em
3ª Guerra Mundial**



**Posição proletária:
defesa incondicional
do Irã frente aos
ataques dos EUA**

**Londrina:
Eleição
do DCE
e debate
sobre seu
estatuto**

**A greve dos
bancários
da CEF**



**Capitalismo
destrói a
Amazônia**

Desenvolvimento da crise econômica e política

Dois meses depois da crise econômica, que iniciou nos Estados Unidos no mercado imobiliário, os efeitos ainda permanecem em vários países do mundo. O estopim da crise tem suas causas sobretudo nos crescentes déficits internos e externos. Há mais de 10 anos, os EUA enfrentam a agudização da contradição entre ser a maior potência econômica (27% do PIB mundial) e possuir o mais elevado déficit público. A tendência é virem à tona crises mais agudas e constantes. O problema se agrava em função de ser o maior importador e de possuir grande parte dos títulos da dívida externa em posse de países como China, Japão, Coreia do Sul. Uma crise mais profunda afetaria de conjunto o mundo inteiro. Esta chegou a ser renunciada, a ponto do governo Bush intervir, por meio do FED, para bloquear seu avanço. Mas os elementos continuam presentes. A desvalorização do dólar, bem como a recessão, vêm se manifestando e sendo identificados pelos analistas burgueses.

Um dado que reflete profunda distorção: a economia mundial cresceu nos últimos dez anos, quase dobrou, enquanto que o mercado nas bolsas deu um salto de mais de 500%. A disparidade entre o crescimento produtivo e especulativo é um dos sintomas da decomposição do sistema econômico capitalista. O abalo ocorrido em julho tem a ver com o enorme parasitismo do capital financeiro e o crescimento produtivo altamente artificializado.

Os efeitos na América Latina

As economias latino-americanas, que sofreram o impacto da política do Consenso de Washington, foram conduzidas de acordo com a orientação das instituições financeiras imperialistas. Os serviços públicos sofreram cortes drásticos de recursos, parte deles privatizados, as estatais foram entregues ao capital multinacional e as relações de trabalho se tornaram mais precarizadas. Quase duas décadas de sangria das economias nacionais para potenciar o superávit fiscal, condição para o pagamento das dívidas. Os resultados foram penosos para os países e para as massas.

Nos últimos 5 anos, em função do reanimamento do mercado mundial, a América Latina ampliou suas exportações, o que permitiu a existência de uma balança comercial positiva. Países como o Brasil puderam manter o superávit primário acima das metas exigidas, usar parte dos recursos para saldar dívidas para com o FMI e constituir a reserva cambial. Em grande medida, esses feitos econômicos servem aos interesses das multinacionais e do capital financeiro internacional.

Criou-se a ilusão de que o capitalismo entrou numa fase de crescimento sustentável e de solução dos velhos problemas, como a fome e a miséria. No entanto, os dados econômicos, nesses últimos cinco anos, não amenizaram a pobreza absoluta, que atinge 205 milhões de pessoas na América Latina. As desigualdades persistem, o desemprego é violento e as condições de vida para a maioria explorada pioraram.

O crescimento econômico da América Latina é muito inferior aos dos países da Ásia – China, Índia etc. Na verdade, o crescimento responde ao mesmo ritmo da economia mundial. Contribuíram para isso as exportações de petróleo, gás, mine-

rais da Venezuela, Bolívia, Colômbia, Chile e Peru. Também as exportações agro-pecuárias do Brasil, Argentina etc.

Os saldos positivos da balança comercial foram atrativos para os investidores estrangeiros, que sentiram maior estabilidade na aplicação e lucros exorbitantes (manutenção de juros altos – orientação dos Bancos Centrais). Um exemplo: o Brasil passou a ocupar o 5º lugar no ranking mundial para os especuladores.

O fato da América Latina estar sob grande dependência dos EUA e do ritmo do mercado mundial faz com que seja mais susceptível às crises econômicas. Mesmo a Venezuela, com o nacionalismo anti-americano de Chávez, depende dos EUA que importam 60% da produção petrolífera.

Calcula-se que a crise norte-americana, que teve o epicentro o mês de julho, provocou queda nas bolsas latino-americanas, acima de 322,2 bilhões de dólares. Soma incalculável de dinheiro que se perde de um dia para outro.

A recente recuperação parcial se deve à política financeira e monetária dos EUA, que sustentam o parasitismo e o artificialismo econômico. Os governos latino-americanos, em certa medida, se ajustam a essa diretriz, principalmente no Brasil verificamos o incentivo ao endividamento da população e à especulação na Bolsa de Valores. Observa-se que o capital internacional procura garantir sua alta lucratividade intensificando a exploração dos países semicolônias.

As massas arcam com o peso da crise

A burguesia nacional e internacional descarrega a crise sobre as massas exploradas, que sobrevivem das esmolas assistencialistas dos Estados (como ocorre no Brasil, Argentina, Bolívia, Venezuela etc.). São essas camadas pobres que são arrastadas pelas promessas dos governos de fachada popular. Na realidade, esses governos de caricatura nacionalista protegem a propriedade privada dos meios de produção, mantêm as forças repressivas e são de obediência às orientações gerais dos organismos financeiros imperialistas.

A conjuntura da economia mundial tem permitido a tais governos a demagogia nacionalista, desenvolvimentista e populista (inclusão social). As vantagens que determinadas medidas trouxeram, como certo controle estatal do petróleo, aumento das exportações de matérias-primas, elevação dos preços internacionais dessas mercadorias etc, continuam limitadas pelas multinacionais e pelo capital financeiro.

A propaganda de que se tem colocado a economia desses países na rota do desenvolvimento nacional, sustentável e de inclusão social está na dependência do movimento que fazem as potências em meio à crise que se desenvolve desde julho.

O que se passa com o governo Lula

O governo Lula que tem a seu favor o índices positivos de crescimento da economia, embora num patamar inferior a alguns países da América Latina, tem tido dificuldades de concretizar seu programa de desenvolvimento econômico (PAC) devido a crise política. Os bancos continuam lucrando e as mul-

tinacionais (montadoras) estão a todo vapor. As exportações agrícolas ganharam novos mercados – China, África etc.

Por meio das negociações parlamentares, o governo manteve a DRU (desvinculação de receitas da União) e caminha para a aprovação definitiva da CPMF, um dos maiores saques aos trabalhadores que dependem de contas bancárias.

Lula realizou sua primeira privatização, entregou a ferrovia Norte-Sul, que dará continuidade à Estrada de Ferro dos Carajás, beneficiando a Companhia Vale do Rio Doce que a comprou por um valor irrisório de 1,478 bilhão de reais. A Vale do Rio Doce (estatal privatizada por FHC, maior falcatura) passou a ter o controle de 4 ferrovias, que se vem de escoamento de toneladas de minérios, produtos siderúrgicos, combustíveis e soja.

Lula se apóia no crescimento econômico (4,5%), no impulso de determinados ramos econômicos e procura afastar a crise política. Esforça-se por estancar a crise de corrupção, que envolve o PMDB (Renan Calheiros) e que no caso da falcatura do PSDB mineiro, agora denunciado pelo procurador da República, atingiu o Ministro Mares Guia.

Por mais que o governo procure afastar os escândalos de corrupção, não tem conseguido conter a ofensiva da oposição burguesa. Está aí a CPI das Ongs que poderá manter a crise política.

Nesse quadro, Lula usa os métodos da distribuição de cargos e outras benesses para que os parlamentares votem em favor da CPMF. Literalmente, compra votos de parte dos deputados de sua base aliada. Prepara as condições para que os parlamentares aprovem as novas alterações na Previdência, na “lei de greve” e nos direitos trabalhistas, em troca da legalização das Centrais Sindicais, da criação do piso nacional dos professores (R\$850,00 por 40 horas).

Novos impasses

Uma das características do governo Lula é que não consegue centralizar as frações burguesas, embora administre o Estado em favor dos interesses gerais da classe capitalista. O mesmo ocorre com as instituições do Estado, a polícia e o judiciário. Tanto uma quanto a outra ganharam certa autonomia política, de forma que favorecem os conflitos partidários no seio do Estado.

Lula trocou a direção da Polícia Federal e exigiu que as investigações garantissem o sigilo. Teve de mudar o Ministro da Defesa que se mostrava débil, recorreu a um ex-ministro do governo FHC. São tentativas de controlar o aparato estatal e disciplinar as forças burguesas perante a crise.

O julgamento pelo STF do mandado de segurança do PSDB, DEM e PPS, que pretendiam substituir por suplentes os deputados que trocaram de partido, resultou numa legislação sobre fidelidade partidária. O STF se mostra influenciado pelo PSDB e DEM.

Esses fatos só reforçam a constatação de que o governo Lula não se desvencilhou da crise armada pela oposição burguesa e não consegue se impor perante organismos do Estado, que em tese devem estar sob o comando do governo.

A armação do PT para não cassar Renan Calheiros (voto de abstenção) não arrefeceu os ânimos entre o PMDB (partido aliado) e o PSDB. A destituição de dois senadores da Comissão de Justiça, Jarbas e Pedro Simon, demonstra que a vitória de Renan na votação de sua cassação foi provisória.

Confirmação da tese porista

A situação econômica confortável ao governo é conjuntural. Acumulam-se elementos da crise estrutural do capitalismo, que se manifestou recentemente nas quebras imobiliárias nos EUA. Internamente, o Brasil não tem como fugir das pressões internacionais. O custo do crescimento baseado no endividamento da população, nas vantagens das importações barateadas (Real supervalorizado), nos subsídios a ramos econômicos etc e do acúmulo de reservas cambiais logo mais se manifestará. Por mais que o governo favorece os interesses burgueses, não tem podido unir as frações do capital.

A particularidade da crise desse governo está no fato do PT e do caudilho Lula não constituírem uma força orgânica da burguesia. Para governar, Lula necessitou de reduzir a influência de seu partido no Estado e dar poderes a uma aliança com partidos fisiológicos e oligárquicos, como o PMDB. Isso não impediu que a luta pelo aparelho do Estado diminuísse entre a coligação hegemônica e a oposição, nem mesmo dentro da própria coligação.

Confirma a tese porista de que o reformismo pequeno-burguês petista se ajoelharia diante da burguesia e fracassaria.

A crise política aberta na segunda metade do primeiro mandato de Lula se mantém, embora as condições econômicas tenham sido mais favoráveis, o assistencialismo tenha garantido a ilusão de milhões de famintos e a burocracia sindical tenha servido de correia de transmissão do governo.

A crise estrutural do capitalismo não possibilita a estabilidade de qualquer governo. Mas é importante não desconhecer as particularidades do governo Lula. Sabemos que influencia as massas não apenas do alto do Estado mas fundamentalmente na base sindical e popular. Essa é uma particularidade decisiva para a tática de desmascaramento de seu caráter burguês.

O combate a esse governo se dá no interior dos sindicatos, do movimento camponês e popular. Está aí a importância do partido desenvolver as reivindicações mais elementares e defender a estratégia da revolução proletária. Por meio da luta contra esse governo e PT, fortaleceremos o trabalho de construção do partido operário revolucionário.

(documento aprovado no dia 4 de outubro de 2007)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Queda de Renan

Com seis pesadas acusações nas costas, o presidente do Senado cedeu às pressões e se licenciou do cargo, passando-o para Tião Viana, do PT. Foram cinco meses de disputas entre a oposição e a base aliada do governo em torno da derubada ou conservação de Renan Calheiros. A guerrinha se deu no seio da Comissão de Ética, em torno dos processos e da votação do pedido de cassação do mandato.

Governo e PT procuraram convencer Renan a se afastar da mesa diretora e em troca garantiriam seu mandato. A resistência de Renan prolongou a crise, que se tornou insustentável pelo acúmulo de novos processos e pela dificuldade criada ao governo que necessita da votação da CPMF.

No primeiro embate, o PT garantiu a absolvição do meliante. Aloísio Mercadante e Ideli Salvati determinaram à bancada petista de senadores que se abstivessem, contabilizando raros votos petistas a favor da cassação de Renan e alguns contra. Mas o larápio recebeu votos a seu favor tanto do DEM quanto do PSDB. Os jornais publicaram os nomes dos demistas e peessedebistas. Tudo normal – um xingo ali outro acolá de traição. Por 40 votos contra 35, o velhaco foi absolvido. Exclamações do DEM, PSDB, PSOL etc: desmoralização do Senado! Um risco para a democracia!

Mercadante, no dia seguinte, cobrou de Renan que se afastasse do cargo. Estava aberta a porta para a saída honrosa e a entrega da presidência do Senado ao petista Tião Viana. Assim, a crise arrefeceria, a votação da CPMF poderia ser barganhada e Renan continuaria a responder por suas falcaturas em outro âmbito, que no final não daria em nada. Mas o representante peemedebista da coalizão do governo Lula na mais alta casa não aceitou a manobra.

Caberia ao governo, que Renan tanto ajudou no primeiro mandato a se livrar da tentativa de impeachment, apoiá-lo. Lula assim fez e um nome até então tido como ilibado, Aloísio Mercadante, pronunciou-se a favor de Renan, “por falta

de provas conclusivas”. As evidências de que Renan tinha se vendido à Mendes Júnior eram mais do que sobejas e áureas. Desta vez a purulência se manifestava no homem forte do Senado. Os golpes do DEM e PSDB contra Renan eram contra o governo. Assim funciona o parlamento no Brasil.

A vitória de Renan/governo serviu para agravar e prolongar a crise. Para continuar sua resistência contra mais três representações de quebra de decoro parlamentar, Renan e seus séqüitos passaram a procurar provas de acusações contra Demóstenes Torres (DEM) e Marconi Perillo. Montaram espionagem. Os senadores recebem R\$ 15 mil de “verba indenizatória”. É claro que se emitem notas falsas e se embolsa parte do dinheiro. Renan sabe disso e resolveu ameaçar expor os ladrões. Ouriçou a alta casa.

Frente à ameaça da crise se ampliar, o governo foi obrigado a se reunir com a oposição. É preciso salvar a moral do senado – pensamento que uniu governo e oposição. Como é que o homem pode ir tão longe, a ponto de querer saber das notas frias, dos embolsos e das outras tantas coisas?

Para mexer no caldeirão da discórdia, os capatazes de Renan resolveram destituir da Comissão de Justiça do Senado (CJS) Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, companheiros do PMDB, que têm servido ao DEM e PSDB. Que reboliço! PMDB, DEM, PSDB etc se uniram para desagrar os eminentes senadores.

Para o governo, seria bom pôr de escanteio os peemedebistas infieis. Eliminaría em parte obstáculos aos projetos do executivo que têm de passar pela CJS. Mas o fato alvoroçou todo o Planalto, afinal o PMDB é peso pesado da coalizão. Por outro lado, a fração peemedebista anti-Renan tem tudo a ganhar com a desgraça do companheiro de partido. Extraordinário o mundo da política burguesa.

Pois bem, os amigos de Renan sentiram que o fôlego acabou. Jefferson Peres (PDT) foi designado relator de mais uma acusação contra Renan. Desta vez, se

montava o cadafalso. De um lado, avançaram os protagonistas de sua cassação. De outro, os petistas acusaram Renan de não cumprir o acordo de licenciamento do cargo. Como, então, defendê-lo até o fim? Mercadante alinhou-se à oposição em discurso no Senado pelo afastamento do aliado.

Renan procurou um acordo em torno de sua volta, depois de 45 dias de licença. Não obteve garantias. Exigiu a segurança de ter seu mandato preservado. Não conseguiu. As negociações últimas ocorreram no dia 10 de outubro; no dia 11, isolado, Renan pede afastamento. O governo sentiu alívio. Renan passou a ser uma pedra no caminho espinhoso da CPMF no Senado. Sem Renan, Lula poderia se aproximar da oposição e convocar os rebeldes da base aliada a tecer um acordo de aprovação do imposto, sem o qual o governo estará perdido.

O volume de escândalos sucessivos – basta os dos últimos governos – mostra a decomposição da política burguesa. É o modo de existência dos partidos patronais e do funcionamento do Estado. O caso Renan expressa graficamente o que é a democracia da classe capitalista. Renan foi destituído – uma vitória do DEM e PSDB contra o governo -, mas nada mudará na ordem dos fatores que o criaram e o alimentaram. Tem razão Renan quando diz que os senadores não podiam condená-lo, porque afinal todos são ladrões. Quem são o DEM, o PSDB e os outros partidos de oposição para atirarem tantas pedras no pecador?

A burguesia e suas instituições jamais serão capazes de julgar e punir a corrupção, que é uma característica do Estado burguês. Somente a ação independente das massas poderá, por meio da organização dos Tribunais Populares, julgar e punir a burguesia por seus crimes de classe.

Enquanto a classe operária não estiver organizada em torno de um programa socialista e de seu próprio partido não será possível combater verdadeiramente a corrupção econômica e política. Essa é a tarefa a ser trabalhada e resolvida.

Paraná

Greve na Caixa Econômica Federal

Na paralisação de 24 horas, que ocorreu no dia 28/09, os funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) estiveram sempre à frente da mobilização nacional. Isto expressava o descontentamento existente dos funcionários com a direção da CEF.

Devido a mobilização dos bancários a Fenaban apresentou uma proposta (6% de reajuste salarial) na mesa única de negociação. O encaminhamento do comando nacional dos bancários – o qual foi reproduzido na maioria das assembleias – provocou uma divisão na campanha salarial nacional do bancários. A direção nacional orientou os bancários a aprovarem a proposta da Fenaban e depois em assembleias separadas os funcionários do Banco do Brasil (BB) deveriam aprovar a proposta da direção do banco.

Como a direção da CEF não tinha feito nenhuma proposta, o comando nacional e a comissão de empregados da empresa (CEE/Caixa) recomendavam a aprovação de greve por tempo indeterminado somente na CEF. Estava feita aí a divisão que os burocratas queriam. Deixaram o setor mais combativo isolado do restante da categoria.

Mesmo depois de isolados, pela direção do sindicato, os funcionários da CEF iniciaram a sua greve. Em algumas regiões do país, houve uma indecisão dos funcionários, os quais decidiram aprovar “Estado de Greve” e nestas regiões os funcionários trabalharam no dia 03/10 (quarta-feira) e constataram que a greve na CEF começou com uma adesão superior a 70% da empresa no país. Então, no final do dia, os funcionários dessas regiões foram às assembleias dos seus sindicatos e resolveram declarar greve também. Isto demonstrou que muitas regiões foram arrastadas pelos grandes centros de seus estados.

Na quinta-feira (04/10), em Brasília, a direção da CEF acionou a polícia para intimidar os bancários que estavam no piquete na Matriz da empresa. O secretário geral do sindicato dos

bancários de Brasília – Enilson Cardoso da Silva – foi preso na operação da polícia a mando da direção da CEF. No Rio Grande do Norte, os gerentes de relacionamento também aderiram à greve. No ABC paulista, os funcionários em greve paralisaram 100% das agências, no Rio a paralisação atingiu 95% das agências da CEF na capital, em Belo Horizonte 90% das agências paralisaram suas atividades e a paralisação em Curitiba foi de 100%.

Diante disso, a direção da CEF ameaçou na sexta-feira (05/10) entrar com o pedido de ajuizamento do dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A direção da CEF tentou derrotar o movimento grevista a todo custo. Os burocratas dos sindicatos dizem que é “incompreensível” a atitude da CEF. A direção da empresa está defendendo os interesses do capital à mando do governo Lula, o que mudou da campanha salarial do ano passado foi o fato que neste ano o governo Lula não precisar mais dos votos dos funcionários da CEF.

Os empregados da CEF não se intimidaram com a ameaça e continuaram em greve por tempo indeterminado. Diante da disposição dos funcionários de lutarem, a direção da CEF cumpriu a ameaça e ajuizou na segunda-feira (08/10) o pedido de dissídio coletivo contra a greve dos empregados no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Diante do resultado das assembleias da segunda-feira (08/10), que manteve a greve por tempo indeterminado, a direção da CEF resolveu negociar. A burocracia sindical teve a coragem soltar um informativo que dizia que a proposta da direção da CEF foi conseguida graças à pressão dos trabalhadores em greve e “à atuação dos representantes sindicais dos bancários junto ao governo federal e ao Congresso”.

A direção da CEF simplesmente dividiu a PLR em duas faixas. A primeira faixa para os empregados sem função (R\$ 4.100,00) e a outra para os

empregados com função (R\$ 4.362,84). E uma parcela adicional (R\$ 600,00) caso a empresa obtenha lucro superior a 15% no ano de 2007. Na verdade a empresa não aumentou o montante a ser distribuído.

Na terça-feira, dia 09/10, os funcionários da CEF avaliaram a proposta e CEE/Caixa orientaram às assembleias dos empregados da CEF de todo o país a se posicionarem pelo acatamento da proposta, que segundo eles traz avanços significativos e se configura em vitória sobre a intransigência da direção da CEF. Sobre a PLR disseram que privilegia os trabalhadores com salários mais baixos. Com essa orientação da CEE/Caixa a maioria das assembleias aprovou a proposta da direção da CEF e assim colocaram fim a greve nacional.

Os funcionários da CEF quando receberem a primeira parcela de PLR (60% do valor) darão conta que o reajuste e a PLR irão ficar em grande parte com o imposto de renda, devido a alíquota de 27,5%. Sendo assim, os trabalhadores não viram nem a cor da migalha do reajuste (6%).

O PCS, que junto ao reajuste salarial deveria ser outro ponto principal da campanha salarial, não foi conquistado. A direção da CEF simplesmente tem o “compromisso” de implantar o PCS até primeiro de julho de 2008.

Construir uma fração revolucionária

Os funcionários da CEF estão aprendendo que o único método que pode levar à conquista de suas reivindicações é o da ação direta, greve e manifestação de rua. A greve mostrou a necessidade de construir uma nova direção para os sindicatos. Fazemos um chamado aos bancários para necessidade da construção de uma fração revolucionária dentro dos nossos sindicatos, de modo a organizar a luta dos bancários e derrotar a burocracia sindical.

Rondônia

Combater a destruição da floresta amazônica

O Ministério do Meio Ambiente constatou que Rondônia já apresenta um quarto da floresta do seu território devastada, que corresponde a 28,5%. Tudo em benefício dos empreendimentos dos capitalistas.

Enquanto camponeses pobres são perseguidos e seus barracos queimados, na cidade de Candeias do Jamari, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, veio para audiência pública nesta cidade para entregar vários hectares de floresta para a iniciativa privada. E o Secretário de Desenvolvimento Ambiental, Augusto Pastori, faz demagogia em torno do famigerado reflorestamento. Segundo o secretário, a partir deste reflorestamento pode-se multiplicar em dez vezes a quantidade de madeira a ser extraída. Tudo não passa de uma máscara para encobrir o desmatamento.

O reflorestamento que se conhece para substituir áreas que foram devastadas pelo alagamento das barragens das hidrelétricas ou pelas empresas mineradoras incrustadas no seio das florestas tem sido um fiasco. O solo fragilizado pelo desmatamento se converte em verdadeiros desertos (processo de desertificação). Isso é um fato.

A Ministra Marina Silva conta com apoio da Ongs - organismos colaboradores do imperialismo, que aparecem como inocentes e defensores dos oprimidos. Na realidade, as Ongs não passam de informantes das riquezas do país e das lutas de resistência que são travadas pelos movimentos sociais para o grande capital, interessado na exploração da Amazônia.

Em toda região, são mais de 100 Ongs, que agem com apoio oficial, e usam o pretexto de estarem realizando "pesquisas científicas" e ajudando a "preservar a floresta", "o meio ambiente". As Igrejas católica e evangélica dizem que estão na defesa dos povos indígenas junto a estas Ongs. Em nome dos índios, ajudam os poderosos.



FOTOS ED FERRE

Mais ainda. Em Porto Velho funciona uma entidade que se intitula "Universidade das Nações", no meio da floresta, que abriga representantes das vários países imperialistas. E ao lado da Universidade das Nações funciona a Universidade Lingüística da América Latina. Tudo em nome dos inocentes e da "pesquisa científica".

Privatização da Floresta Amazônica

As florestas de Rondônia e da região Amazônica estão para se converter em grandes milharais e canaviais. É a política de Lula e de Bush sobre o etanol. Para dar conta dessa monocultura, são acionados os desmatamentos através das grandes queimadas desconsiderando o bioma amazônico. Já era grande a mono-

cultura do café e da soja. A extração de minérios nas reservas indígenas é constante. Desmatam para ampliar as pastagens. Desmatam para vender a madeira. Desmatam para arrancar o minério.

As consequências têm sido violentas não só para o meio ambiente como para a população pobre que sobrevive do extrativismo da floresta. O extermínio e os surtos de doenças atingem os povos indígenas. Denúncias de trabalho escravo têm sido freqüentes nas fazendas. Camponeses são expulsos da terra para dar lugar às madeiras, aos mineradores, ao agronegócio e aos latifundiários. A Amazônia está tomada por gringos, cujos militares navegam livremente pelos rios da região. A floresta Amazônica vem sendo privatizada.

O capitalismo destrói a natureza e o homem

O que se passa na Amazônia serve de testemunho da violência do capitalismo. Os interesses do capital estão acima das necessidades vitais da humanidade. O grande capital nacional e imperialista

quer fazer da Amazônia mais um de seus negócios. Para isso, usam as Ongs, as Igrejas e as Universidades para exercerem o papel de "catequizadores" dos povos indígenas e dos camponeses ribeirinhos. Rios de dinheiro são postos nas mãos desses evangelizadores, para que cumpram a função de proteger a propriedade privada dos meios de produção e dos negócios capitalistas que estão sendo implantados na floresta.

Os governos - direta ou indiretamente, mais demagógicos ou menos demagógicos - vêm favorecendo a destruição da floresta amazônica.

A preservação da floresta e a defesa da vida está ligada à luta contra o sistema capitalista. O ponto de partida está na defesa das reivindicações dos explorados da região, combinando-as com as lutas mais gerais contra o imperialismo.

MST ocupa prédios públicos em Fortaleza

O fim do latifúndio será produto da expropriação sem indenização por meio das ocupações de terra e dos comitês de autodefesa.

No final de setembro, o MST promoveu uma semana nacional de luta com o objetivo de pressionar o governo pela reforma agrária. No Ceará, o movimento iniciou em 24/09. Cerca de 1500 trabalhadores rurais de 60 municípios do interior do estado ocuparam o prédio do Incra exigindo o assentamento de 1700 famílias em mais de 23 acampamentos no estado (segundo o MST, no Brasil há 150 mil à espera de assentamento). No dia 29/09, ocorreu passeata do MST que foi do Incra até o centro da cidade e terminou com a ocupação do Banco Central por algumas horas. No dia 01/10, houve a ocupação do prédio do Dnocs com cerca de mil trabalhadores.

O MST ocupou a sede do Incra e promoveu um ato no Banco Central em Fortaleza. No Dnocs, porém, o ato e a ocupação do MST foram duramente reprimidos pela polícia, (que no mesmo instante reprimia os estudantes na Reitoria da UFC) utilizando-se da maior truculência possível. As imagens veiculadas na imprensa, de um PM pisando na cabeça de um jovem militante, obrigou até mesmo os parlamentares burgueses a rechaçarem, demagogicamente, a ação truculenta da polícia.

Além da espera pelo assentamento, no Ceará, a seca tem provocado fome, acirrando o conflito com prefeituras pela liberação de cestas básicas. O MST reivindicou no Dnocs a desapropriação de duas áreas do órgão e uma política de convivência com a seca no semi-árido, exigindo salário mínimo para as famílias

atingidas pela estiagem entre outubro e maio.

A tática de ocupações para pressionar os governos a fazerem assentamentos tem levado o MST a se chocar cada vez mais com os governos, incapazes de atender seus interesses. Todavia tal política de assentamentos (desapropriação de terras pelo estado com indenização), defendida pelo MST é um completo engodo. Os camponeses e trabalhadores rurais precisam defender: Que o MST rompa com o governo Lula (no V congresso foi aprovado a continuidade do apoio) e organize uma jornada que se coloque de forma clara contra as reformas e aponte para a expropriação sem indenização do latifúndio e à aliança operário-camponesa para sepultar o capitalismo.

Fortaleza-CE

Estudantes arrancam direito à isenção na UFC

Ação direta de massas conseguiu derrotar Reitoria, CCV e Governos

Estudantes de várias escolas de Fortaleza que iniciaram um movimento pela revogação do edital do vestibular 2008.1 da UFC conseguiram uma grande vitória depois de várias mobilizações. O movimento foi organizado por um comando de mobilização, composto pelo POR, movimento Anarquista e independentes. Depois do lançamento do edital 2008.1 para o Vestibular, a UFC tomou medidas para garantir que o processo seletivo fosse auto-sustentado, efetuando assim vários cortes de verbas destinadas a restringir a participação de estudantes de escolas públicas no vestibular. Dessa maneira, a UFC reduziu a quantidade de isenções, que no ano passado beneficiou 17.187 estudantes, para apenas 7.555 este ano (ainda que os pedidos tenham ultrapassado os 20 mil) e aumentou a taxa de inscrição (antes R\$ 90) para R\$ 100. Quatro manifestações aconteceram para barrar a exclusão da isenção. No dia 26/09 quase 1000 estudantes, organizados pelo comando de mobilização, bloquearam o



Mobilização estudiantil em Fortaleza

cruzamento das avenidas 13 de maio com Universidade e promoveram, em seguida, a ocupação do prédio da Reitoria. Ao mesmo tempo burocratas da UBES (PC do B) e UESM (PCR), tentavam dar um golpe no movimento, subindo para negociar com o Reitor (em nome dos estudantes) rompendo com o acordado na última reunião do comando de mobilização, que seria de não formar comissão e exigir a descida do Reitor para negociar com todo o movimento. Tal fato provocou a revolta dos estudantes contra a burocracia stalinista, levando o movimento a tentar a ocupação do gabinete do Reitor para pôr fim na farsa da negociação.

Houve enfrentamento com a segurança da universidade, na tentativa de ocupação do Gabinete, e a Reitoria chamou a Polícia Federal. Os estudantes não se intimidaram e mantiveram a ocupação, apesar das ameaças de prisão e processo feitas pela PF. Diante da pressão do movimento a Reitoria cedeu às reivindicações do movimento, prorrogando o processo até 07/10. Na mobilização seguinte (02/10) foi derrubado o teto de 7.555 e garantido isenção para todos que comprovassem ter estudado em escola pública.

O movimento obteve uma importante vitória, embora parcial já que quem pagará as inscrições será o governo estadual e não se sabe como ficará o processo no próximo ano. A mobilização mostrou que somente a luta pode garantir o atendimento das reivindicações. A Corrente Proletária/POR aponta agora que a tarefa é derrotar de vez os critérios da Reitoria para os próximos anos e superar a burocracia estudiantil que emperra o avanço organizativo dos estudantes, construindo uma entidade estudiantil estadual que articule o movimento estudiantil para a defesa de suas reivindicações.

Eleições do DCE: Vitória da militância

O resultado da eleição da nova direção do DCE representa o reconhecimento da militância do conjunto que tem resistido aos ataques da reitoria, à política colaboracionista do PT/PCdoB e tem lutado pelos direitos dos estudantes e da juventude.

A insignificante votação das outras três chapas indicou que não têm nenhuma representatividade, nem inserção na universidade, que se constituíram apenas na expectativa de encontrar os estudantes completamente anestesiados e à margem dos processos políticos. Ao contrário desta expectativa, os estudantes da UEL mostraram que estão acompanhando e participando a ponto de reconhecer com 90% dos votos o grupo que tem atuado desde 2005 nas lutas desenvolvidas. A Corrente Proletária na Educação, que milita nesse conjunto, defendeu desde o ano passado a importância de disputar a direção do DCE, pois, à diferença dos “libertários”, considera que a construção do movimento estudantil significa fundamentalmente a estruturação de uma direção política, reconhecida pelos estudantes. Apoiamos essa chapa por ser a única que tem uma inserção no movimento e porque, até hoje, permite uma atuação frentista no movimento.

Os choques com a política reacionária da reitoria e o bloqueio de sua representação nas instâncias da burocracia universitária convenceram a maioria que participou das diversas assembleias deste ano de que era necessário constituir chapa e disputar a direção do DCE.

O debate político, fundamental para dar consistência ao movimento, entretanto, está apenas começando.

A plataforma da chapa vencedora mostrou limitações muito sérias que devem ser superadas. O PSTU escondeu, até agora, a sua proposta de ruptura com a UNE. O PSOL, por seu turno, não deixou claro qual é a sua posição sobre a ruptura, pois até hoje tem se embocado em tudo com o PSTU.

Na plataforma da chapa vencedora sequer se explicitou a defesa da universidade pública, gratuita e autônoma. Sem compreender que a falta de autonomia é consequência da subordinação da burocracia

universitária ao Estado, através da qual o governo comanda a universidade, o movimento estudantil não pode fundamentar a sua defesa da democracia na universidade, o voto universal e a assembleia geral universitária como espaço de direção da UEL. O silêncio da chapa sobre estes pontos programáticos básicos indica a incompreensão ou subestimação da importância de se fundamentar o movimento estudantil sobre sólidas idéias políticas. E abre, perigosamente, a possibilidade de ser aparelhado por correntes oportunistas, interessadas apenas nas eleições, correntes não muito diferentes do PT do ponto de vista programático.

A questão da UNE/CONLUTE

A Corrente Proletária na Educação se coloca claramente pela unidade do movimento estudantil e considera aventureira a proposta do PSTU de romper com a UNE para construir o CONLUTE.

Reconhece que a UNE tem caído em mãos de correntes integradas ao Estado (PCdoB e PT) e que, principalmente durante o último governo, tem aprofundado esta integração. A direção da UNE é abertamente pró-governista.

Entretanto, disto não se segue que o movimento estudantil tenha de se dividir, deixando a direção da maioria dos estudantes sob a condução da burocracia que hoje comanda a UNE. Nem que se tenha de constituir outra entidade apenas com aqueles que pensam como o PSTU, uma corrente que até ontem apoiava o PT nas eleições e tem se caracterizado pela sua política eleitoreira e oportunista.

Defendemos a constituição de uma fração revolucionária dentro da UNE que tenha como objetivo varrer da direção da entidade as correntes governistas; unificar as lutas nacionalmente contra o governo, em defesa da universidade pública, gratuita, laica e autônoma, pela estatização de todo o sistema particular de ensino e pela confluência das lutas estudantis com as lutas mais gerais dos trabalhadores.

Contribuições para o novo estatuto do DCE

O estatuto do DCE está em descompasso com as necessidades do movimento estudantil da UEL. Este fato foi usado tanto pelos que não queriam reconstruir o DCE, escondendo-se por trás de problemas estatutários, como pelos setores direitistas (PSDB) apoiados pela reitoria, que usaram isto para vetar a representação estudantil nos conselhos superiores e ameaçar o processo eleitoral.

É evidente que o problema central não está nos estatutos, quando os estudantes se organizam e mostram sua força, superam o legalismo e mesmo sem estar de acordo com estatutos fazem valer suas reivindicações. A discussão sobre o estatuto do DCE pode ser, porém, um momento importante para debater as concepções de organização presentes no movimento. Para que isto se efetive é necessário que o novo estatuto seja debatido e aprovado em um congresso estudantil amplamente convocado, em que todas as propostas sejam apresentadas anteriormente em teses. Com isto o debate pode ser mais aprofundado.

Defendemos que o estatuto garanta o critério de proporcionalidade para constituir a direção, que respeite o espaço da diretoria

como uma instância de deliberação, que deve assumir, de fato, um papel de direção do movimento. Esta instância, porém, deve estar assentada no conselho de centros acadêmicos e subordinada à assembleia estudantil (espaço máximo de discussão e deliberação), é isto que garante a democracia interna. Para impedir a burocratização e o descolamento da direção em relação ao conjunto dos estudantes, é preciso prever a revogabilidade dos mandatos (todo diretor pode ser retirado se não respeitar as decisões tomadas nas instâncias do movimento).

O DCE representa o conjunto dos estudantes da UEL, com toda sua diversidade político-ideológica, a melhor forma de garantir o debate permanente dentro da entidade é a composição proporcional da diretoria. Assim, nas eleições, forma-se uma diretoria montada pelas diferentes chapas, respeitando a proporção de votos de cada uma. Pela preparação do Congresso do DCE, para que a reforma do estatuto reflita um debate aprofundado sobre a necessidade de avançar na organização estudantil.

Londrina - Boletim distribuído durante o processo de discussão da formação de chapa para a eleição do DCE:

Por que não deve entrar no programa da chapa que “A UNE não fala em nosso nome”

Porque representa a opinião de apenas uma pequena parcela do movimento que tem participado das últimas lutas na UEL, particularmente do PSTU, empenhados, no plano nacional, em romper com a UNE e construir a CONLUTE, dividindo o movimento estudantil.

Porque é uma discussão que nunca foi feita com os estudantes da UEL e nem o coletivo de estudantes em movimento tem posição definida sobre isso. Que saibamos nunca soltaram um panfleto se posicionando claramente.

Porque diante da burocratização da UNE, efetivamente controlada por correntes governistas, o que cabe aos estudantes é disputar a direção e recuperar a UNE para os estudantes.

Mas, além de tudo, afirmar que a UNE *não fala em nosso nome* é falso! Pois desconhece que de fato as correntes governistas controlam o movimento – nem que seja por meio burocráticos – da maioria das escolas do país. Nesse sentido, a UNE representa sim os estudantes do Brasil. Mais do que isso, a UNE, na medida em que tem base na maior parte das escolas privadas, e estas são a imensa maioria, tem maior representatividade que a CONLUTE.

O argumento de que a UNE *não fala em nosso nome* é covarde.

Pois ao invés de organizar a oposição às correntes governistas para expulsá-las da direção da entidade, justifica a criação de outra entidade – a CONLUTE – em que se organizariam os estudantes “puros”, ou os que concordem com o PSTU, abandonando a maioria dos estudantes para serem dirigidos pelas correntes governistas.

Mas também é covarde porque esconde a verdadeira intenção que é levar o futuro DCE da UEL a romper com a UNE e filia-la à CONLUTE. Do contrario, que sentido tem colocar que a UNE não representa os estudantes da UEL?

Esse debate é levado pelo PSTU e pela CONLUTE em todos os cantos do Brasil há 3 anos. O que vemos é a divisão do movimento, mas não um enfraquecimento da UNE, pois a maioria dos estudantes continua na UNE, e estudam em escolas particulares graças, em grande medida, às políticas privatistas do governo Lula. Nessa discussão, uma posição confusa é a do PSol que nacionalmente discorda da bandeira: “A UNE não fala em nosso nome”, mas prioriza as alianças locais.

Londrina, 19 de setembro de 2007

Corrente Proletária na Educação

Presidente Prudente - SP

Balanço do 18º Congresso de estudantes da Unesp e Fatec

Nos dias 28, 29 e 30 de setembro ocorreu em Bauru o CEUF, Congresso de Estudantes da Unesp e Fatec, tendo como pauta: as conjunturas internacional, nacional e estadual e DCE.

O congresso ocorreu em um momento de repressão ao movimento estudantil, por causa das mobilizações do primeiro semestre, como o que está acontecendo em Araraquara, onde dois estudantes estão presos. A Corrente Proletária Estudantil defendeu a retomada da luta, pelo atendimento das reivindicações como forma de combater a repressão, não rebaixando as bandeiras do movimento nem tratando estas prisões como questões individuais. Enquanto isso, o PSTU concentrava no dia 24 de outubro, em Brasília.

No congresso, os primeiros grupos (GDs) discutiram as conjunturas (Internacional, Nacional e Estadual).

A Bolívia e a Venezuela foram o prin-

cipal ponto da conjuntura internacional. A esquerda do PT defendeu seus governos como “Socialismo do século XXI na América Latina”. Essa análise ignora as condições das massas boliviana e venezuelana, que não tiveram suas reivindicações atendidas. Isso por que são governos que não rompem com o capital, aplicam uma política de favorecimento da burguesia. São, portanto, governos nacionalistas burgueses.

O segundo tema do GD foi DCE (Diretório Central Estudantil). Ao invés de discutir a reorganização dos DCE para que assumam a tarefa de defender as reivindicações dos estudantes contra os governos que privatizam às universidades, caminhou-se para uma postura de ocupar as cadeiras do Conselho Universitário da Reitoria (proposta pelo reitor, para que os problemas da universidade se resolvam de forma “civilizada”, ou seja, aceitando o que vem da burocracia

universitária). Um DCE voltado a ocupar cargos burocráticos nada tem a ver com a necessidade de organismos estudantis independentes da burocracia acadêmica e dos governos.

Compreender o papel de um DCE de luta é se colocar pela defesa da universidade pública e gratuita para todos, o que pressupõe o combate ao ensino privado por meio da estatização de todo o sistema educacional. A burguesia, a burocracia acadêmica e os governos impõem medidas de destruição da universidade pública e de favorecimento do ensino mercantilizado. O combate a essa política implica a unidade dos estudantes com a política do proletariado.

A plenária final não conseguiu encaminhar proposta de um calendário para retomar a luta pelas reivindicações contra as repressões. Limitou-se a chamar um conselho para os dias 27 e 28 de outubro em Franca.

Encontro Operário

O texto abaixo faz parte da discussão ocorrida no Encontro Operário, realizado pelo Partido Operário Revolucionário. Na reunião foi debatida a proposta da CUT de realização de uma marcha à Brasília, no dia 5 de dezembro, e a proposta da Conlutas de um ato no dia 24 de outubro. A burocracia da CUT se colocou contra a participação no dia 24, usando o argumento reacionário de que se trata de um ato contra o governo Lula. Os militantes do Jornal O Trabalho se posicionaram também contrários ao dia 24. Em seguida, a Consulta Popular fez uma declaração criticando o ato da Conlutas. Isso é o resultado da divisão no movimento sindical.

Os trabalhadores devem se colocar pelas suas reivindicações e pelos métodos da luta de classe e rechaçar o divisionismo aparelhista, que se expressou recentemente com a reforma sindical em curso. Não há como defender as reivindicações sem atacar o governo burguês de Lula.

Combater a burocracia sindical metalúrgica

Depois de aceitar a proposta patronal e recolher o pedido de greve que havido entregue às montadoras, reinicia a demagogia em torno da redução da jornada de trabalho e do contrato nacional coletivo. A CUT e o Sindicato Metalúrgico do ABC preparam a “IV Marcha Nacional”, no dia 5 de dezembro, em Brasília. Dizem que vão atrás da redução da jornada sem redução de salário e mais e melhores empregos. Tudo não passará de distracionismo para encobrir os acordos e sua política traiçoeira.

Montadoras lucram como nunca

As multinacionais automobilísticas estão batendo o recorde em vendas. De janeiro a agosto, esse setor cresceu 27,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Se incluir os caminhões e ônibus, o aumento foi de 32%. Continuam exigindo dos governos benefícios fiscais, a exemplo da GM que pretende criar uma linha de montagem de veículos em Pernambuco. A GM de Gravataí (RS), construída em 2000, obteve a carência de 15 anos para recolher o ICMS. De conjunto, as montadoras entregarão ao governo um estudo sobre a competitividade do setor para exigirem novo pacote de incentivos. A indústria de autopeças já apresentou suas propostas de ampliação de prazos para pagamento de impostos, renovação de frota com bônus ambiental etc. As montadoras ampliam as ações para a venda de carros (feirões em fábrica, “troca com o troco”, prazo mais longo de financiamento -60 meses etc).

O fato é que as multinacionais têm uma capacidade instalada para produzir 3,5 milhões de veículos. Em 2007, serão fabricados 2,8 milhões. Utilizar o potencial já existente requer proteção do Estado e facilidades para o “crédito fácil” para atingir camadas maiores da população. As multinacionais usam a mão-de-obra barata, deslocam fábricas para os locais onde a superexploração do trabalho é mais favorável, pagam salários baixos, demitem e terceirizam alas inteiras de produção, remetem os lucros para as matrizes e ainda usam os recursos estatais para se beneficiarem. Lula e os governadores se submetem às exigências e às chantagens das multinacionais.

Burocracia sindical aceita a proposta das multinacionais

Embora lucrando como nunca, as montadoras forçaram a

burocracia sindical a aceitar um acordo que prevê um piso de R\$ 1.110,00 e 7,44% de reajuste. A direção dos metalúrgicos do ABC, numa assembléia com a presença de cerca de 2 mil metalúrgicos, fez aprovar a proposta que será válida para mais de 34 mil trabalhadores e servirá de base para os 84 mil operários de autopeças, fundição, máquinas, eletroeletrônicos e forjaria. Feijó cantou vitória e fez campanha de que esse foi o melhor acordo dos últimos tempos.

O sindicato metalúrgico de São Paulo (Força Sindical) ainda não fechou o acordo. Eleno Bezerra, presidente do sindicato, fez a proposta de piso salarial de R\$ 900,00 e reajuste de 12%. Certamente, aceitará qualquer migalha.

Os trabalhadores têm dois obstáculos: os patrões e os pelegos dos sindicatos. Os patrões que nadam em dinheiro, não aceitaram e não aceitarão as reivindicações dos operários. A burocracia sindical não organizará a resistência dos explorados para arrancar por meio da luta as reivindicações. Por isso, negociam por empresa, dividem os trabalhadores em grupos e aceitam um piso salarial de menos de 3 salários mínimos. Pior ainda: deixam o patronato de mãos de livres para demitir e contratar com salários mais baixos.

A luta da classe operária implicará o combate aos capitalistas e seus agentes que controlam os sindicatos e centrais.

IV marcha distracionista Reduzir a jornada é se colocar pela escala móvel das horas de trabalho

Os burocratas da CUT volta e meia preparam uma “marcha” e vão a Brasília com o intuito de negociar com o governo alguma alteração na legislação. Dessa vez, divulgam a IV marcha objetivando modificar a Constituição de 1988, que determinou a jornada de 44 horas semanais. Dizem que no Congresso há uma proposta de emenda constitucional (393/01) que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais. Apóiam no argumento do governo de que há um crescimento econômico e uma política de geração de empregos. Elogiam Lula de reduzir o desemprego e de criar contratos com carteira assinada.

Diante dos dados dramáticos de desemprego da juventude, os proponentes da IV marcha dizem que é preciso organizar um debate com as entidades estudantis (UNE e UBES) e organizações da juventude sobre essa realidade.

Concluem que a redução da jornada não é suficiente para gerar empregos. E que é preciso se colocar contra as horas-extras. Novamente, reportam a um projeto de lei, que está

no parlamento, que trata das horas-extras.

Na realidade, a burocracia manobra com as reivindicações do proletariado. Fala em redução da jornada, mas não defende o emprego a todos. Reconhece que 36% dos trabalhadores têm jornadas maiores do que 44 horas, mas limita sua ação a meras denúncias. Critica as horas-extras, mas aceitou o acordo de banco de horas. Sabe que a maioria dos jovens não consegue trabalho, mas não defende a vida e os estudos da maioria da juventude operária.

Os explorados devem rechaçar as manobras da burocracia e se posicionar por:

1. emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho
2. fim dos acordos traidores da burocracia sindical
3. emprego a todos os jovens, combinando o trabalho com os estudos
4. piso salarial é a defesa do salário mínimo vital, que está por volta de R\$2.500,00

Organizar a fração revolucionária metalúrgica

A tendência é aprofundar os planos capitalistas de destruir postos de trabalho, arrochar salários, eliminar conquistas. O objetivo é o de manter a lucratividade do capital, o que implica aumentar a exploração do trabalho e ampliar a reserva de mão-de-obra. Não se trata de tempos de bonança (crescimento econômico) ou de depressão, a lei é a mesma: exploração da mão de obra (extração da mais-valia). Os acordos salariais impostos aos trabalhadores são medidas de proteção à lucratividade do patronato.

A burocracia sindical, ao negar a organização da luta contra os planos patronais, acaba servindo aos interesses da classe exploradora. Aceita reajustes que não repõem de fato as perdas do período. O que pesa no bolso dos trabalhadores é o preço dos produtos alimentícios e estes estão nas alturas. O aumento real, que diz ter obtido nas negociações com as montadoras, ficou muito aquém da elevação do preço do feijão, do leite, do pão, da farinha etc. Os burocratas apóiam o governo e não farão nada para desestabilizá-lo. Por isso, as marchas a Brasília são de negociações em torno de emendas parlamentares. Esse caminho é de derrota. O Congresso legisla em favor dos capitalistas.

A classe operária tem de se organizar de forma independente dos governos/capitalistas e rechaçar a burocracia colaboracionista. A tarefa é a da constituição da fração revolucionária no seio das fábricas. A fração revolucionária é aquela que se apóia no programa da classe operária, que parte das reivindicações vitais e as combina com a luta geral contra o sistema de exploração do trabalho. A ausência desse instrumento permite que a burocracia sindical manobre contra a vida dos oprimidos. O POR trabalha para pôr em pé essa fração.

90 anos da Revolução Russa



Nos 90 anos da Revolução Russa, o POR realiza atividades em suas regionais para ressaltar a vigência da teoria do socialismo científico e da organização leninista do partido, que tornaram possível a realização da tomada do poder pelo proletariado na Rússia

90 anos da Revolução Russa - 1917-2007



Defesa da Revolução e Ditadura Proletária
Construir o Partido Mundial da Revolução Socialista
Reconstruir a IV Internacional

POR Partido Operário Revolucionário

Jornal 4 MASSAS

12º Aniversário de Outubro

O 12º aniversário encontra a república soviética numa situação em que os notáveis progressos se combinam com as dificuldades mais graves, e tanto uns quanto outras continuam avançando. Esta é a característica fundamental da situação e seu principal enigma.

A indústria alcançou e continua alcançando conquistas sem precedentes sob o capitalismo. Muito menos significativo, mas também evidente, é o progresso agrícola destes últimos anos. Por sua vez, observamos um paradoxo absoluto: no mercado há uma severa escassez de mercadorias, em que pese os êxitos econômicos, a escassez persiste de ano em ano e em determinados períodos se agudiza ao extremo. Apesar do rápido crescimento da indústria, faltam artigos manufaturados mais necessários. Mas o que resulta especialmente crítico e intolerável é a escassez de produtos agrícolas, apesar de que o país é predominantemente camponês.

Que significam essas contradições? Devem-se a dois tipos de razões.

As causas fundamentais têm suas raízes na situação objetiva de um país economicamente atrasado que devido à dialética histórica, acabou sendo o primeiro a chegar à ditadura do proletariado e à construção socialista. As causas secundárias residem na política errônea da direção, que cede às influências pequeno-burguesas e aplica uma política cuja função consiste em satisfazer unicamente as necessidades imediatas, e que é incapaz de compreender as circunstâncias no momento necessário e de aproveitar ao máximo os recursos econômicos e políticos da ditadura.

O estado soviético não paga juros sobre velhas dívidas. Virtualmente, tão pouco paga compensações à nobreza, aos banqueiros, aos proprietários de fábrica etc. Estas duas condições, especialmente a segunda, geram por si mesmas um grande capital para a industrialização do país.

O estado operário, ao unificar a administração da indústria e o transporte – condição necessária para a economia planificada –, abriu possibilidades inesgotáveis para a livre utilização da energia e seus recursos, isto é, para a aceleração do crescimento econômico do país.

Essas são as enormes conquistas da Revolução de Outubro. As desvantagens – não da revolução em si mesma, mas das condições em que se levou a cabo – são as seguintes: o baixo nível de desenvolvimento capitalista da Rússia czarista, o caráter fragmentado e extremamente atrasado da economia camponesa, o baixo nível cultural das massas populares e, finalmente, o isolamento da república soviética, rodeada

por um mundo capitalista infinitamente mais rico e poderoso.

A necessidade de investir de bilhões de rubros anuais no exército e na marinha não é senão a consequência mais imediata e evidente do cerco capitalista inimigo.

Outra consequência é o monopólio do comércio exterior, tão necessário para a república soviética como o exército e a marinha. A abolição, ou inclusive a debilidade, do monopólio do comércio exterior (Stalin tratou de fazê-lo em fins de 1922, influenciado por Skonokov) implicaria não só o retorno da Rússia ao caminho capitalista mas sua transformação em um país semicolonial. Mas não se pode esquecer que o monopólio do comércio exterior implica a exclusão automática da Rússia da divisão internacional do trabalho, que foi a base do desenvolvimento capitalista deste país. A consequência direta da expansão geral da economia foi uma notória contradição do comércio exterior. Consequentemente, a rápida expansão da industrialização está determinada, em grande medida, pela necessidade da república soviética de produzir tudo o que a Rússia burguesa recebia do exterior com maior vantagem. Se houvesse regimes socialistas em outros países, o monopólio do comércio exterior, por conseguinte, não seria necessário, e a URSS receberia dos países mais avançados os produtos de que necessita, em termos absolutamente mais proveitosos do que os que desfrutava a Rússia burguesa. Na situação atual, o monopólio do comércio exterior, absolutamente indispensável para proteger os fundamentos da economia socialista, exige imperativamente gigantescos investimentos na indústria para que o país possa simplesmente sobreviver. Foi essa situação que produziu a escassez crônica de produtos acabados num momento de grande avanço da produção industrial.

O caráter fragmentado da economia camponesa, herança do passado, exacerbou-se com a Revolução de Outubro, já que seu primeiro objetivo foi a “revolução agrária democrática”. A fragmentação do setor agrícola apresentaria sérias dificuldades para a reconstrução socialista da agricultura na Rússia ainda que o proletariado já tivesse tomado o poder nos países mais avançados. Estas dificuldades são muito maiores já que o país da Revolução de Outubro só conta com seus próprios recursos. Entretanto, a extrema lentidão da reconstrução socialista provoca uma maior divisão da terra e, em consequência, um aumento da proporção da produção destinada ao auto-consumo.

Esta é uma das razões da escassez de produtos agrícolas.

Trotsky (17 de outubro de 1929)

Não menos importante é o alto preço dos bens industriais. É o meio de que dispõe a indústria para pagar sua transição para uma economia mais avançada e ao mesmo tempo continuar investindo naqueles ramos que se tornaram necessários à causa do monopólio do comércio exterior. Em outras palavras, para o campo é muito alto o custo da indústria socialista.

O camponês estabelece uma separação rígida entre a revolução agrária democrática que completaram os bolcheviques e os fundamentos que estes assentaram para a revolução socialista. A transferência da propriedade da terra dos grandes proprietários ao camponato – a revolução democrática – deu-lhe por volta de quinhentos milhões de rubros, ao libertá-lo do pagamento da renda. Mas devido às distâncias dos preços, os camponeses estão pagando uma soma muito mais elevada em benefício da indústria estatal. Resulta então que, para o camponato, o balanço das duas revoluções que se combinaram em Outubro implica de todos os modos um déficit de bilhões de rubros. Este é um fato indiscutível, e além disso muito importante para avaliar tanto a situação econômica como a situação política do país. Temos de enfrentá-lo abertamente. Constitui a base das deterioradas relações entre o camponato e o governo soviético.

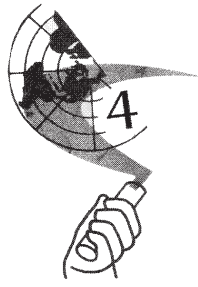
O ritmo lento de crescimento da economia camponesa, sua fragmentação posterior, as distâncias dos preços industriais e agrícolas – numa palavra, as dificuldades econômicas do país – criam condições favoráveis para o desenvolvimento do camponês rico (kulakis) e para que estes ganhem influência desproporcional por seu peso numérico e pelos recursos materiais de que dispõem. O excedente de cereal, que está principalmente em mãos dos estratos superiores da aldeia, é um elemento de escravidão do camponês pobre e de venda especulativa aos elementos pequeno-burgueses das cidades, ficando eliminado do mercado nacional. Não só falta cereal para a exportação mas inclusive para cobrir às necessidades internas. O volume extremamente reduzido das exportações leva a ter de diminuir drasticamente a importação de bens acabados e, além disso, da maquinaria e matéria-prima industrial, o que por sua vez nos obriga pagar cada avanço da industrialização reduzindo extraordinariamente nossos recursos econômicos.

Isso explica fundamentalmente por que, em uma época de ressurgimento geral da economia e com um ritmo veloz de industrialização, na república soviética continuam existindo as “filas”, que é o argumento mais forte contra a teoria do socialismo em um só país.

Nesta edição:

- 3ª Guerra Mundial
- Nossa posição frente ao Irã
- Caracterização do Governo do M.A.S.
- Governo e Direita “Entram em Consenso”
- Chávez acabará com a propriedade privada?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



3ª Guerra Mundial

Em entrevista na Casa Branca, George W. Bush referiu-se a uma possível 3ª Guerra Mundial. Eis: “Se o Irã conseguir armas nucleares, será uma séria ameaça à paz mundial. Por isso, eu digo a todos os líderes mundiais que, se quiserem evitar uma 3ª Guerra Mundial, devem impedir que os iranianos obtenham conhecimento necessário para desenvolver uma arma nuclear”. A declaração ocorreu no contexto de visita do Presidente russo Vladimir Putin ao Irã.

As ameaças norte-americanas de ataque militar às usinas nucleares cresceram. Os preparativos navais são visíveis. Politicamente, a França, sob a direção de Nicolas Sarkozy, se dispôs a reforçar a estratégia de guerra dos Estados Unidos. Inglaterra baixou o tom com a mudança de governo e com a possibilidade de derrota das forças de ocupação no Iraque, mas continua atada à diretriz da potência do norte.

O impasse no Iraque e no Afeganistão indica que só um cenário de guerra mais ampla pode dar vitória final ao imperialismo. É preciso vencer pelo massacre, é o que expressa uma das alas mais ferozes do governo norte-americano.

O quadro de instabilidade mundial tem se agravado após 11 de setembro 2001 e posteriores ocupações do Afeganistão e Iraque. A guerra interna ao Paquistão tem ganhado novos contornos anti-Estados Unidos com a recuperação da guerrilha afegã e com a mortandade de civis pelas forças de ocupação. Todo Oriente Médio e parte da Ásia se acham conflagrados.

A Europa que parecia se acalmar com o desmembramento da Iugoslávia, que enfrentou uma guerra interna moti-

vada pela restauração capitalista e influenciada diretamente pelo imperialismo, deixou em aberto o conflito em torno de Kosovo. Estados Unidos querem sua “independência” e a Rússia não.

O avanço do capitalismo na Rússia depende desta se recolocar como imperialista, nas condições que a hegemonia norte-americana não permite. A Rússia tem de se curvar como semicolônia, sob a chefia da Casa Branca, ou enfrentar o poder imperialista.

As tendências bélicas do capitalismo mundial se manifestam assim por todos os lados. O mais recente plano do Pentágono de instalar bases antimísseis na Europa Oriental serviu de pretexto para o governo russo suspender o Tratado de Controle de Armas Convencionais, assinado com os Estados Unidos em 1990. Putin, logo após a declaração de Bush sobre a 3ª Guerra Mundial, anunciou que a Rússia vai desenvolver novos complexos nucleares e remodelar o exército.

Uma nova frente de conflito se abre com a aprovação pelo parlamento turco da autorização para a Turquia invadir o norte do Iraque à caça dos guerrilheiros curdos. Os Estados Unidos se opõem. Está evidente o fracasso da ocupação imperialista do Iraque, cuja resistência mostrou-se duradoura e ofensiva.

A declaração de Putin, de que os Estados Unidos fazem guerra contra o povo iraquiano e que devem se retirar, expressa bem a situação. A Rússia pretende ocupar um lugar de destaque no Oriente Médio, conta para isso com a derrota dos Estados Unidos no Iraque. O governo de Putin aproveita o quadro de conflagração para despejar armas para

Irã e Síria. Os aliados dos Estados Unidos, principalmente Israel, que serve de braço do imperialismo na região, estão abarrotados de artefatos da morte. A 3ª Guerra a que se referiu Bush tem a ver com o controle de regiões petrolíferas.

Uma intervenção da Turquia contra os curdos ampliaria a guerra interna e apressaria a derrota dos Estados Unidos. O Congresso norte-americano resolveu remexer no massacre dos turcos contra os armênios na 1ª Guerra Mundial. Para a Turquia, que cede seu território para bases militares dos Estados Unidos, a aprovação do reconhecimento do massacre seria uma afronta. Um acontecimento de guerra de mais de 90 anos vem à tona justamente porque cresce a instabilidade mundial, que se julgava equacionada com o fim da guerra fria e com o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, China e Leste Europeu.

A reintegração desses países de economia estatizada na órbita do imperialismo deu um fôlego ao capitalismo, mas não por muito tempo. A Rússia, de um lado, e a China, de outro, compõem como pólos de conflito econômico e militar. A necessidade de matérias primas impulsiona a China para a África. Gigantescas reservas cambiais permitem ao governo chinês realizar uma ofensiva econômica em áreas sensíveis às potências e suas multinacionais. A China tem sido acusada de neocolonialista.

No entanto, ocorre que os EUA vêm cercado militarmente a China. O acordo militar com Japão, Índia e Austrália, denominado de “Iniciativa Quadrilateral”, visa a conter o avanço chinês. Os EUA, assim, passam a controlar comple-

tamente o Estreito de Malaca, por onde navegam os petroleiros que abastecem a China. A dependência desse Estreito é vital para a economia do país, uma vez que 80% do petróleo depende das importações que por ali circulam. Pequim reforça sua marinha atômica no sentido de aumentar sua influência no Oceano Índico. Também no caso de um conflito da China com Taiwan, com a "Iniciativa Quadrilateral", os EUA estariam em melhores condições para atacar os chineses.

Os conflitos são mais amplos do que aqui resumidamente apresentado. O que confirma a rota de colisão dos interesses capitalistas contidos nas fronteiras nacionais e expressos no mapa mundial na forma de tendências bélicas.

Nossa posição frente ao Irã Os Revolucionários devem defender o país agredido pelo imperialismo

O anúncio da abertura de relações diplomáticas da Bolívia com o Irã provocou um rebuliço tanto nacional como internacional. O imperialismo e a direita reacionária desataram uma impressionante campanha condenando estas relações e assinalando que a Bolívia corre o risco de identificar-se com o terrorismo internacional apoiando o programa nuclear do país árabe.

Capitulando frente à campanha reacionária, o governo boliviano, adotando uma postura covarde, foi obrigado a assinalar que estas relações só têm caráter comercial e de cooperação pacífica entre ambos os países, e que a Bolívia respeita as resoluções da ONU sobre o armamentismo e a paz mundial.

A posição revolucionária, aplicando corretamente as resoluções dos três primeiros congressos de Terceira Internacional sobre a opressão imperialista dos países coloniais, deve ser claramente definida para que o proletariado e os setores oprimidos do país desenvolvam uma política independente a respeito, sem se deixar confundir com a campanha da direita e a postura conciliadora do governo do MAS.

O Irã, apesar de ter um governo nacionalista de conteúdo burguês conservador e reacionário (identificado com o

Não estamos à beira de uma guerra mundial, mas é sintomática a declaração de Bush. Foi tomada por retórica. Do Irã, o presidente Mahmud Ahmadinejad exortou a Bush não fazer "declarações ilógicas". O que parece absurdo e palavreado não é tão disparatado e oco assim. Indica o agravamento das disputas de áreas de influência e a posição dos Estados Unidos de não cederem terreno conquistados e avançarem ainda mais.

Nos últimos quinze anos, o capitalismo mundial manteve crescimento suficiente para não caracterizar uma crise generalizada – o que não lhe garantiu estabilidade política e militar. Mas tudo indica que não poderá ir muito mais à frente e sustentar por muito tempo as taxas atuais de comércio. A deterioração

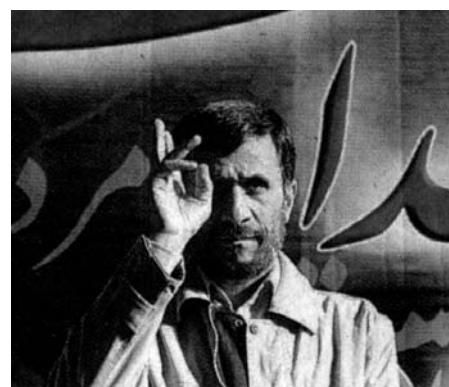
fundamentalismo religioso dos seguidores do Ayatolá Komeini), entra em atrito com o imperialismo porque pretende aplicar sua autodeterminação ao desenvolver um programa nuclear que não é do agrado dos amos do mundo. Trata-se de um país colonial que se rebela contra as metrópoles imperialistas e está na mira destas para que, a qualquer momento, com a cumplicidade da ONU – corretamente caracterizada por Lenin como uma cova de bandidos –, possam dar o bote criminoso, da mesma forma que fizeram com o Iraque.

Corresponde ao proletariado mundial e aos partidos revolucionários desenvolverem uma política de franco apoio a este país árabe desenvolvendo mobilizações para impedir uma agressão que vem se preparando cuidadosamente, – o Irã tem direito a desenvolver seu programa nuclear para se defender da agressão imperialista. Nós explorados devemos condenar a hipócrita política pacifista que propalam o imperialismo e seus serventes, entre eles a escória que saiu do estalinismo contra-revolucionário. A bandeira do pacifismo é contra-revolucionária orientada a desarmar aos povos oprimidos e acentuar suas cadeias de opressão. Num mundo onde o imperialismo nos conduz à barbárie, onde se exacerba a luta de

econômica alimentará as tendências bélicas mundiais.

O que sim é palavreado é o chamado à paz, como fez Mohamad Ali Hosseini, porta-voz da chancelaria iraniana. As leis econômicas e a organização capitalista levam à instabilidade e não à estabilidade das relações entre os países.

A necessidade da classe operária de se organizar para combater a ofensiva do imperialismo contra as semicolônias e lutar contra o capitalismo se impõe objetivamente. Somente o programa proletário da revolução russa de 1917, que respondeu à primeira guerra com a tomada do poder e expropriação da classe burguesa, poderá evitar novas catástrofes, como as 1914/18 e as de 1939/45.



Ahmadinejad: Irã sob a mira do imperialismo

classes, é um direito dos explorados e dos povos oprimidos armarem-se para acabar com o capitalismo decadente.

Isto não quer dizer que a política revolucionária do proletariado iraniano não deve colocar sua independência política frente a seu governo burguês conservador para se converter na direção revolucionária dos explorados de seu país e consumir a revolução social. Não abandonar um só instante a linha estratégica revolucionária que nos mostra que, para consolidar a autodeterminação das nações, acabar com a opressão imperialista, resolver o sério problema do atraso dos países e impulsionar um grande desenvolvimento das forças produtivas para conquistar a felicidade dos habitantes do planeta, é preciso sepultar o capitalismo decadente que está levando à barbárie a toda a humanidade.

(extraído do "Masas" boliviano n.º. 2056 de 5/10/2007)

Caracterização do Governo do M.A.S.

Patrício

No terreno dos fatos e não somente em suas pendengas ocasionais e oportunistas, Evo Morales golpeia insistentemente a essência de sua filiação política cem por cento burguesa, reacionária e até pessimamente elaborada, cuja essência se resume na consigna: *Defesa da Propriedade Privada e Trabalhar Incansavelmente para Resguardar-la e Potenciá-la em Todas suas Dimensões* (grande, média, pequena).

Não existe nenhuma contradição entre os atos do governo, particularmente de seu poder executivo, e a pretendida ideologia que seus teóricos difundem grosseiramente. Daqui se desprende a seguinte caracterização do governo masista:

O governo masista por seus atos; por sua adesão à política cotidiana das multinacionais, das empresas e dos conglomerados capitalistas mais poderosos; por seu submetimento servil à política dos governantes venezuelano e cubano (Chávez e Castro), que não se atrevem a varrer todas as manifestações da propriedade privada para transformá-la em social e impor o governo operário e camponês (Ditadura Proletária), é um governo francamente burguês, que serve à burguesia internacional e aos grandes empresários bolivianos e mundiais.

Temos que falar com precisão: Evo e seu bando que monopolizam o governo burguês de plantão é a expressão reacionária da política própria da burguesia boliviana agonizante.

Não podemos nos equivocar. Não conseguem chegar à altura da política revolucionária com mentiras e um ou outro engano.

Em resumo: Os fatos nos ensinam que são reacionários consumados, são aqueles que buscam, defendem e dão vivas à propriedade privada (da maior à menor) como fazem os masistas desde o Palácio Quemado, por meio da imprensa e todos os meios de comunicação.

São lacaios da burguesia, da reação, do capitalismo putrefato que vai se decompondo, são inimigos das massas, dos explorados e oprimidos, são lambe-botas que rastejam atrás das multinacionais mais poderosas; estão a serviço do imperialismo e dispostos a esquartejar seu país em benefício das potências antropófagas mais poderosas.

Somente os renegados de sua classe, de seus irmãos explorados e oprimidos, os vende-pátrias e vende-classe podem trair os setores majoritários, aos povos, espezinhar as massas de oprimidos e explorados, tudo para fortalecer aos poderosos, ao imperialismo.

Aos traidores, aos covardes que entregam seus irmãos de classe e de luta ao inimigo em troca de uns dólares, temos de castigá-los severamente, isto ainda que ocupem a presidência do país o dirijam temporariamente as massas

(extraído do “Masas” boliviano n.º. 2056, de 5/10/2007)

Na Bolívia foi confirmada nossa posição

Governo e Direita “Entram em Consenso”

Contra todos aqueles que pregavam uma guerra civil entre o Oriente e o Ocidente, entre a Meia Lua e as “organizações sociais” controladas pelo MAS, dizíamos que tanto o governo como a oposição de direita desenvolvem a mesma política burguesa, porque defendem a propriedade privada em todas as suas formas; e que, frente à arremetida instintiva das massas, ambos seriam obrigados a selar uma santa aliança para pôr um fim aos rebeldes e salvar os interesses gerais da classe dominante nativa e do imperialismo.

Agora, os “avanços” que anunciam na Comissão Suprapartidária, que funciona no gabinete da Vice-presidência da República, confirmam nossa posição. A primeira coisa que se colocaram de acordo é com relação à propriedade privada. A Nova Constituição reconhecerá a vigência da grande propriedade privada nas mãos dos empresários, latifundiários e multinacionais. Também reconhece-

rá a pequena propriedade privada que sobrevive como traços do pré-capitalismo e é a causadora da miséria e do atraso da maioria nacional. Junto à vigência destas duas formas de propriedade privada é reconhecida a vigência da sucessão hereditária do direito proprietário. Também o acordo fala da vigência da propriedade comunal que na Bolívia sobrevive nas regiões mais escondidas do campo, ali onde não pode chegar a usurpação de terras comunitárias durante a colônia e a República. Até aqui, o acordo não tem nenhuma novidade. É a repetição do que já está vigente na atual Constituição.

Por outro lado, anunciam que existe consenso sobre o problema das autonomias departamentais (federação) e indígenas. Mostram que esta última funcionaria como as autonomias municipais, ou seja, subordinada aos governos locais. Tantas confusões armaram, ao ponto de fazerem acreditar que o país

está a caminho da guerra civil e que corre o risco de separar-se entre o Oriente e o Ocidente, para chegarem onde chegaram, uma maquiagem sem sustância na atual Constituição.

O problema da localização da sede dos poderes do Estado é a única dúvida que ainda resta porque desencadearam os sentimentos chauvinistas dos chuquisaqueños e pacenños. Agora se esforçam para encontrar alguma saída que não ofenda a nenhum dos lados para aplinar a continuação do trabalho da Constituinte. A direita e o governo, num feliz acordo, selarão a defesa dos interesses materiais da classe dominante no novo texto constitucional. O que se iniciou como uma farsa terminará como um drama avassalador para os explorados que acreditaram na propaganda demagógica do governo do MAS.

(extraído do “Masas” boliviano n.º. 2057, de 12/10/2007)

Chávez acabará com a propriedade privada?

A imprensa burguesa estampou nas páginas dos jornais que o presidente venezuelano Hugo Chávez propôs na reforma constitucional, a ser votada num plebiscito em novembro, o fim da propriedade privada. Destacaram os ataques de Chávez como ilustração de suas intenções: “Não queremos a empresa privada com o objetivo de acumular riqueza às custas da miséria dos demais e vamos desmontá-la progressivamente”, disse.

Mas é preciso observar com atenção as propostas de Chávez: sua proposta de mudança de 33 artigos da Constituição prevê cinco tipos de propriedade:

a) a social, pertencente ao povo e controlada pelo Estado. Ou seja, trata-se das empresas estatais, dirigidas pelo Estado burguês e, portanto, pela burguesia e seus lacaios;

b) a coletiva, pertencente a grupos sociais ou comunitários, mas sob o controle do Estado. Fala aqui das terras destinadas à reforma agrária, que ainda assim estarão sob controle do Estado burguês, os camponeses não poderão dispor dela soberanamente;

c) a mista, com participação do setor privado e do Estado, mas sob o controle deste. Esta é a propriedade na qual o Estado burguês e as empresas privadas são sócios. É uma empresa tipicamente capitalista, voltada ao lucro, portanto à exploração da força de trabalho assalariado;

d) a pública, administrada pelo governo. Esta é a propriedade estatal típica, sem nenhum disfarce, como acontece com a chamada propriedade social;

e) e a privada, que poderá ser confiscada quando afetar os direitos de terceiros ou da sociedade. Vê-se que se preserva a propriedade privada dos meios de produção, que só será atacada em casos que “afetem os direitos de terceiros ou da sociedade”.

O governo Chaves não se propõem a expropriar a burguesia e dissolvê-la como classe. Nem poderia fazê-lo. A burguesia teria de ser derrotada pela revolução proletária.



Chávez: ligação umbilical com a propriedade privada

O socialismo é o modo de produção em que se abole a propriedade privada dos meios de produção. A propriedade passa a ser coletiva e passa a ser controlada pelas massas diretamente, através de suas organizações próprias, criadas na luta de classes. Essas organizações são a base do Estado operário, que é instrumento da ditadura do proletariado, da maioria oprimida contra a maioria opressora. A propriedade privada é expropriada sem indenização através da luta de classes e por iniciativa do Estado operário. Nada disso tem ocorrido ou ocorrerá sob o governo de Chávez.

Chávez fez questão de frisar isso quando falou em seu programa “Alô Presidente”: “Critico, mas respeito, meus amigos que defendem a idéia marxista-leninista de que não deve haver propriedade privada, pois não concordo com ela” (26/08/07). Para comprovar, leu um trecho de suas propostas de reforma: “a propriedade privada é aquela que pertence a pessoas naturais ou jurídicas e que se reconhece sobre bens de uso e consumo e meios de produção legitimamente adquiridos”. Não precisamos provar que Chávez defende a propriedade privada dos meios de produção, pois ele mesmo o faz.

Há uma outra idéia chavista que diz: “Não queremos a empresa privada com

o objetivo de acumular riqueza às custas da miséria dos demais e vamos desmontá-la progressivamente”. Novamente, se restringe o ataque à propriedade que for excessivamente exploradora. E se afirma que se a desmontará de forma gradual. Trata-se de uma promessa impossível de cumprir. Os capitalistas nunca aceitaram e não aceitarão que se tomem seus bens de forma gradual. Em geral, respondem de forma violenta a qualquer ameaça à propriedade privada. Por isso é que somente um governo com a força da ação das massas em movimento é capaz de fazê-lo.

Mais uma ilusão chavista: “queremos uma empresa que trabalhe em função do socialismo e dos interesses sociais, produzindo aquilo que é necessário para

satisfazer as necessidades da comunidade”. A utopia chavista é a de uma empresa capitalista que não vise ao lucro, mas aos interesses coletivos. As leis que movem as empresas no capitalismo não podem ser anuladas por decreto ou por uma reforma constitucional plebiscitária.

O governo de Chávez, apesar de seu nacionalismo e discurso anti-norteamericano, é burguês. Por isso sua relação com a propriedade privada é umbilical. O que deseja, assim como falou Evo Morales na Bolívia, é tornar-se sócio das multinacionais. Utiliza os programas assistencialistas para submeter politicamente as massas e desviá-las de sua luta anticapitalista. Tem sido beneficiado pela alta dos preços das matérias primas, em especial o petróleo, que exporta aos EUA e obtém dele taxas que permitem base material para o assistencialismo. Contraditoriamente, os EUA não podem baixar os preços do petróleo mundial, sob risco de colapso nas bolsas de valores, ancoradas em grande medida aos preços das matérias-primas (commodities).

Somente as massas insurretas podem transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.